

CORONAVÍRUS

Vacinação em Serrana reduz mortes em 95%

Oito semanas após o início da vacinação em massa de sua população adulta contra a Covid-19 e depois de ter alcançado a imunização de 95% da população adulta, o município de Serrana reduziu em 95% as mortes pela doença. A cidade do interior paulista, na região metro-

politana de Ribeirão Preto, foi alvo de estudo inédito sobre os efeitos da vacinação em massa da população. O chamado projeto S, idealizado pelo Instituto Butantan consiste em analisar o impacto e a eficácia da vacinação na redução de casos do novo coronavírus e no controle

da pandemia. O projeto conseguiu vacinar 95,7% dos 28.380 adultos da cidade, ou 27.160 pessoas com mais de 18 anos. Os moradores foram divididos em quatro grupos, e cada um deles recebeu a vacina com uma semana de diferença. **PÁGINA 3**

MEIO AMBIENTE

PGR pede inquérito para investigar Ricardo Salles

A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ontem a abertura de inquérito para investigar o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sob a suspeita dos crimes de advocacia administrativa, dificultar a fiscalização ambiental e embaraçar a investigação de infração que envolva organização criminosa. Assinado pelo vice-procurador-geral da República, Humberto Jacques de Medeiros, o pedido foi enviado à ministra Cármen Lúcia, relatora no STF (Supremo Tribunal Federal) de representações que apontam irregularidades na conduta de Salles e outros servidores ligados à pasta. Salles já é alvo de um inquérito no Supremo, sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes, sobre suspeita de facilitação a exportação ilegal de madeira. Um dos procedimentos a cargo de Cármen está relacionado à notícia-crime enviada pelo ex-chefe da Polícia Federal no Amazonas, delegado Alexandre Saraiva, ao Supremo no mês passado. O policial defendeu a apuração das condutas do ministro e do senador Telmário Mota (Pros-RR) por atrapalhar medidas de fiscalização contra danos ao meio-ambiente. Na notícia-crime, Saraiva faz referência à maior apreensão de madeira da história do Brasil. No documento, o policial diz que Salles dificulta fiscalização ambiental e patrocina interesses privados. O delegado citou haver indícios de dois crimes: advocacia administrativa e impedir ou embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa.

POPLAÇÃO ENCOLHE

Censo: China autoriza terceiro filho por família

PÁGINA 4

BC

Dívida pública cai em abril, mas ainda suga 86,7% do PIB

JOSE CRUZ/ABRASIL



A dívida bruta do governo caiu pelo segundo mês consecutivo e foi a 86,7% do PIB (Produto Interno Bruto) em abril, segundo dados divulgados pelo Banco Central ontem. Em relação a março, houve redução de 2,2 pontos percentuais no endividamento público. De acordo com a autoridade monetária, a queda se deu principalmente por causa do aumento do PIB nominal (em reais), que contribuiu em 1,5 ponto per-

centual. Além disso, houve mais resgates que emissões de títulos para financiamento da dívida no período, que puxou o endividamento 0,8 ponto para baixo. "Pode ter ocorrido uma concentração de vencimentos e a rolagem pode ter sido feita anteriormente ou posteriormente e por isso houve resgate líquido, o que diminuiu a dívida", explicou o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha (foto). **PÁGINA 2**

PERNAMBUCO

DIVULGAÇÃO



PMs bolsonaristas planejaram ataque contra manifestantes

Em Pernambuco, a violenta ação de policiais militares contra manifestantes que protestavam no último sábado contra o governo Bolsonaro, pode ter sido insuflada por um sentimento bolsonarista da tropa. Nas redes sociais, perfis não oficiais de batalhões da PM comemoraram a ação. O comandante da Polícia Militar, Vanildo Neves de Albuquerque (foto), não se pronunciou sobre o episódio. Dois homens que não participavam do protesto perderam a visão de um olho após serem atingidos por tiros de bala de borracha disparados por policiais do pelotão de choque. O protesto na capital pernambucana foi encerrado com bombas de gás lacrimogêneo e tiros de balas de borracha. ram divulgados. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,52% / 126.215,73 / 654,36 / Volume: 21.865.229.744 / Quantidade: 3.375.748				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	1,51% (abr.)	EURO turismo																		
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	0,31% (abr.)	Compra: 6,4815	Venda: 6,6615									
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	34.529,45	+0,19	Taxa Selic	(05/05)	3,5%	0,26	até o dia 27/mai	Compra: 5,2316	5,2322										
COSAN ON NM	23,37	+6,61	+1,45	BRASKEM PNA N1	50,07	-3,23	-1,67	VALE ON NM	114,78	+2,86	+3,19	NASDAQ Composite	13.748,738	+0,09	COPEL PNB N1	6,38	-1,39	-0,09	PETROBRAS ON N2	26,65	-0,22	-0,06	FTSE 100	7.022,61	+0,04	DAX	15.421,13	-0,64
ENEVA ON NM	18,46	+4,59	+0,81	EQUATORIAL ON NM	24,73	-2,71	-0,69	PETROBRAS PN N2	26,87	-0,44	-0,12	Euro STOXX 50	4.037,27	-0,81	CAC 40	6.447,17	-0,57	RAIADROGASILON NM	28,18	+3,11	+0,85	BTGP BANCO UNT N2	124,30	+1,11	+1,36			
TOTVS ON NM	34,47	+2,74	+0,92	SABESP ON NM	39,13	-2,08	-0,83	VIAVAREJO ON NM	12,98	+2,04	+0,26	EURO Comercial	0,0098	Compra: 6,3863	Venda: 6,3869	EURO turismo	5,2508	5,4308										

MERCADOS



Bolsa repete abril e é investimento com maior rentabilidade em maio

JÚLIA MOURA/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), repetiu o feito de abril e foi a aplicação que mais rendeu em maio dentre os principais investimentos dos brasileiros, com alta de 6,16% no mês encerrado ontem. Este é o melhor resultado mensal do ano, a frente de março (6%).

No pregão, o Ibovespa (Índice Bovespa) teve leve alta de 0,52% e renovou seu recorde nominal (sem contar a inflação), aos 126.215,73 pontos.

Com a alta no mês, o índice acumula ganhos de 6% no ano. O Ibovespa foi o único a ter uma rentabilidade acima do IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado) em maio, segundo cálculos do buscador de investimentos Yubb.

Conhecido como inflação do aluguel, o IGP-M subiu 4,1% neste mês, acumulando alta de 37,04% no período de 12 meses, segundo dados da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O produto com o segundo melhor desempenho no período foi o ouro, que acumulou alta de 3,44% em maio.

Se considerado o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15), o metal também tem um desempenho acima da alta dos preços, assim como o Tesouro IGP-M com juros e a poupança velha (depósitos antes de maio de 2012), que tiveram ganhos de 2,54% e 0,5%, respectivamente. O índice, tido como prévia da inflação, subiu 0,44% em maio.

De acordo com o levantamento do Yubb, o bitcoin teve a maior perda no mês, com queda de 35,42%, a US\$ 36.690,89 (R\$ 191.636,52). A criptomoeda foi impactada pela resolução da Tesla de não aceitá-la mais como forma de pagamento, dado o seu grande gasto energético.

Olhando para as companhias do Ibovespa, as altas em maio foram lideradas pela empresa de geração de energia Eneva (25,84%), a companhia de alimentos BRF (23,91%), e a empresa de meios de pagamentos Cielo (23,15%).

A produtora de papel e celulose Suzano (-11,56%), o Banco Inter, (-11,53%), e a siderúrgica Usiminas (-11,51%) responderam pelas maiores perdas.

No mês, o dólar caiu 3,79%. No ano, há leve alta de 0,65%.

Ontem, a moeda americana subiu 0,19%, para R\$ 5,2230. O turismo está a R\$ 5,39.

ESTRANGEIRO

A alta da Bovespa em maio foi impulsionada pela alta das commodities, fruto da recuperação econômica de Estados Unidos e China, e pela entrada de investimento estrangeiro.

De acordo com o estrategista-chefe do Itaú BBA, Marcelo Sa, a melhora do ritmo de vacinação no mundo gerou uma reabertura mais rápida em alguns países, que estão voltando à vida normal.

"O mercado começa a ver quando o Brasil vai chegar nessa fase e acaba se antecipando", afirmou, chamando a atenção para a quantidade de doses de vacinas aguardada para a segunda metade do ano no Brasil, que deve ser um catalisador para a Bolsa.

Até a última sexta-feira, há um saldo positivo de R\$ 10,8 bilhões de estrangeiros na Bolsa brasileira, o melhor mês desde janeiro, quando vieram R\$ 23,6 bilhões. No ano, há uma entrada líquida de R\$ 30 bilhões. Contando IPOs (ofertas iniciais de ações) e follow-ons (ofertas subsequentes de ações), o saldo é de R\$ 33,8 bilhões, recorde nominal (sem contar a inflação) anual da série histórica da B3, com início em 1994.

Segundo cálculos do Banco Inter até a última sexta, o setor que mais se valorizou na Bolsa no mês foi o de empresas ligadas a commodities (18,6%), seguido das de shoppings e propriedades (13,2%), de saúde (8,8%) e do setor financeiro (2,8%).

As maiores quedas foram de construção civil (-15,1%) e seguros (-20,4%).

Nesta sessão, o Ibovespa foi puxado pela alta de 2,85% da Vale, impulsionada pela recuperação dos preços do minério de ferro na China.

Os contratos futuros negociados.

A maior alta do Ibovespa na sessão foi da Cosan, que saltou 6,61%, após acordo com investidores que se comprometeram a investir R\$ 810 milhões na sua subsidiária Compass, em troca de participação de 4,68% na unidade de gás natural e energia do grupo.

BC

Dívida pública cai para 86,7% do PIB em abril

LARISSA GARCIA/FOLHAPRESS

A dívida bruta do governo caiu pelo segundo mês consecutivo e foi a 86,7% do PIB (Produto Interno Bruto) em abril, segundo dados divulgados pelo Banco Central ontem. Em relação a março, houve redução de 2,2 pontos percentuais no endividamento público.

De acordo com a autoridade monetária, a queda se deu principalmente por causa do aumento do PIB nominal (em reais), que contribuiu em 1,5 ponto percentual. A valorização do Real no mês reduziu a dívida em 0,3 ponto.

Além disso, houve mais resgates que emissões de títulos para financiamento da dívida no período, que puxou o endividamento 0,8 ponto para baixo.

Ao todo, a dívida bruta somou R\$ 6,72 trilhões em abril.

"Pode ter ocorrido uma concentração de vencimentos e a rolagem pode ter sido feita anteriormente ou posteriormente e por isso houve resgate líquido, o que diminuiu a dívida", explicou o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha.

A dívida registrou crescimentos expressivos por mês desde o início da pandemia. Depois da chegada do vírus ao país, o governo teve de gastar mais em programas emergenciais, como o auxílio emergencial e linhas de

crédito para empresas.

Em fevereiro deste ano, o endividamento alcançou 89,9% do PIB, maior percentual da série histórica iniciada em 2006.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, também registrou queda de 0,6 ponto percentual em abril e chegou a 60,5% do PIB. Segundo o BC, o crescimento da atividade econômica contribuiu em 1 ponto e o resultado positivo nas contas públicas reduziu o montante em 0,4 ponto.

No período, o governo ajustou a cesta de moedas estrangeiras que compõem a dívida externa líquida, o que contribuiu em 0,1 ponto percentual na queda.

Em contrapartida, a valorização cambial puxou a dívida 1 ponto percentual para cima. Quando o dólar cai, há elevação no valor da dívida líquida em reais porque são descontadas as reservas internacionais, mensuradas em moeda americana.

"Em abril, com a apreciação cambial, a dívida líquida deveria ter aumentado, já que isoladamente a contribuiu para o aumento. Só que temos dois fatores em sentido oposto que superaram esse efeito", explicou Rocha.

Pela metodologia do BC, o setor público registrou superávit primário de R\$ 24,3 bilhões em abril. No acumulado do ano, as contas públicas tiveram resultado positivo de R\$ 75,8 bilhões.

Rocha ressalta que abril nor-

malmente tem um efeito sazonal na arrecadação de impostos porque é o mês de encerramento dos pagamentos de imposto de renda. O efeito, no entanto, foi atenuado pela prorrogação em 2021 - termina nesta segunda-feira o prazo para que os contribuintes façam a declaração.

"Geralmente temos superávits em abril, mas tivemos déficit no ano passado em decorrência da pandemia (de Covid-19). Além da queda da atividade, tivemos a prorrogação de muitos impostos", lembrou o técnico do BC.

O resultado primário indica a capacidade do governo de pagar as contas, excluindo os encargos da dívida pública. Se as receitas são maiores que as despesas, há superávit. Caso contrário, há déficit.

O resultado nominal, que inclui o custo da dívida, foi superavitário em R\$ 30 bilhões no mês.

"Tivemos um mês que apresentou superávit recorde para abril, receita líquida de juros e um resultado nominal que também foi o maior da série para o período, o que também contribuiu para a redução das dívidas bruta e líquida", pontuou Rocha.

Para ele, no entanto, a tendência é de déficits, especialmente no segundo semestre, e consequentemente de aumento do endividamento. "O padrão das contas públicas é de superávits no início do ano e concen-

tração de pagamentos nos últimos meses, com aumento de despesas", afirmou.

"Tivemos um mês que apresentou superávit recorde para abril, receita líquida de juros e um resultado nominal que também foi o maior da série para o período, o que também contribuiu para a redução das dívidas bruta e líquida", pontuou Rocha.

Para ele, no entanto, a tendência é de déficits, especialmente no segundo semestre, e consequentemente de aumento do endividamento. "O padrão das contas públicas é de superávits no início do ano e concentração de pagamentos nos últimos meses, com aumento de despesas", afirmou.

O técnico do BC destacou que abril foi um mês atípico na conta de juros.

O governo teve ganhos líquidos de R\$ 5,7 bilhões. Ou seja, no período houve mais receitas que despesas com juros da dívida pública.

"Isso é raro na série e só ocorreu em março de 2016. Como a dívida líquida é maior que os ativos, o natural é pagar juros e não receber", disse.

O resultado é explicado pelos ganhos com contratos de swap cambial - venda de dólares no mercado futuro. "A apreciação cambial de 5,2% foi respaldada por ganhos de R\$ 30,4 bilhões em swaps em abril", frisou Rocha.

AQUISIÇÃO

Ser Educacional compra Fael, de ensino superior 100% online

DANIELE MADUREIRA/FOLHAPRESS

A Ser Educacional anunciou ontem a aquisição da Fael (Faculdade Educacional da Lapa), por R\$ 280 milhões.

Com sede em Lapa (PR), a Fael oferece cursos superiores 100% online, por meio de polos parceiros, que chegam a 600 no país. São mais de 90 mil alunos de graduação e pós-graduação, 98% deles via rede de polos parceiros, matriculados em 245 cursos. Dos alunos, 35% estão no Sul do Brasil, 21% no Norte,

17% no Sudeste, 14% no Centro-Oeste e 12% no Nordeste.

A transação envolve um valor de R\$ 17,5 milhões a ser pago pela Ser dentro de dois anos, de acordo com o atingimento de algumas metas acordadas entre as partes (earnout). Essas metas estão relacionadas à performance da Fael, à integração com a Ser Educacional e à participação no Comitê de Inovação.

Com a aquisição, o ensino digital da Ser passa a somar 144 mil alunos e atinge receita líquida de R\$ 268 milhões. O negócio ainda precisa de aprovação pelo

Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Em comunicado, a Ser afirma que, com a compra, passa a deter uma rede de polos de alcance nacional, criando "um novo modelo de gestão de polos parceiros em todas as marcas Ser Educacional". De acordo com a companhia, haverá a ampliação do portfólio de cursos disponíveis aos polos Fael, com destaque para os cursos de maior valor agregado, como saúde e engenharias.

O grupo destaca ainda que o ensino digital passa a ser rele-

vante na Ser, "otimizando sua posição em um segmento de alto crescimento de mercado".

Fundado em 2003 e com sede no Recife, o grupo Ser Educacional é líder nas regiões Nordeste e Norte em alunos matriculados. A companhia oferece cursos de graduação, pós-graduação, técnicos e ensino a distância e está presente em 26 estados e no Distrito Federal, somando cerca de 218 mil alunos.

Entre suas marcas, estão Uninassau, Uninabuco, Univeritas/UNG, Unama, Uninorte, Unifacimed e Unijuazeiro.

ICE

Índice de Confiança Empresarial avança para 97,7 pontos

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre) avançou 7,9 pontos em maio e atingiu 97,7 pontos. É o maior nível desde março de 2014, que foi o último mês antes da recessão de 2014-2016. No ano passado, o índice chegou a 97,5 pontos em setembro, mas depois disso, até março, apresentou fase declinante. O ICE consolida os índices de confiança dos quatro setores cobertos pelas Sondagens Empresariais produ-

zidas pela FGV/Ibre: Indústria, Serviços, Comércio e Construção.

Segundo o Ibre, depois de perder 9,4 pontos de dezembro de 2020 a março de 2021, o Índice de Situação Atual Empresarial (ISA-E) cresceu pela segunda vez consecutiva. Agora em 5,7 pontos, atingindo 94,9 pontos. Outra alta foi no Índice de Expectativas (IE-E), com elevação de 5,4 pontos, alcançando 95,5 pontos, o maior nível desde outubro de 2020.

Também pela segunda vez seguida, os destaques setoriais foram as altas da confiança do Comércio e de Serviços, em maio, justamente os dois segmentos

que mais foram impactados no bimestre março-abril. Conforme a FGV, nos dois casos o motivo dos avanços foi, principalmente, a melhora das avaliações sobre o estado atual dos negócios. A avaliação mostrou ainda que após quatro meses de queda, os índices de confiança da Indústria de Transformação e da Construção também subiram em maio. Nesses dois setores, o componente de expectativas contribuiu para a melhora.

O setor com o maior nível de confiança continua sendo o da Indústria. "Apesar da acomodação do ISA-I, as avaliações sobre

a situação atual continuam mais favoráveis que as expectativas para o futuro próximo. A mesma combinação foi registrada neste mês no Comércio", apontou a avaliação.

Na visão do superintendente de Estatísticas do FGV/Ibre, Aloisio Campelo, a confiança empresarial consolida em maio a recuperação esboçada no mês anterior, com destaque para a alta da confiança no Comércio e nos Serviços.

"Dois segmentos que sofreram muito em março com a piora dos números da pandemia no Brasil e a adoção de medidas de restrição à circulação. A confiança dos Serviços atinge o maior nível desde o início da pandemia e pode continuar em rota ascendente com a evolução da campanha de vacinação, embora o risco de uma terceira onda de covid-19 continue no radar dos setores mais dependentes da circulação de clientes", observou.

FGV

Confiança dos empresários de serviços cresce 6,4 pontos

VITOR ABDALA/ABRASIL

O Índice de Confiança de Serviços, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cresceu 6,4 pontos na passagem de abril para maio. É a segunda alta consecutiva do indicador, que atingiu o maior patamar desde fevereiro de 2020 (94,4 pontos).

Segundo a FGV, foi observada a alta da confiança em empresários brasileiros de 12 dos 13 segmentos de serviços pesquisados.

O Índice de Situação Atual

subiu 9,2 pontos e atingiu 84 pontos, maior nível desde março de 2020 (85,2). Já o Índice de Expectativas avançou 3,7 e chegou a 92,4 pontos, maior patamar desde outubro de 2020 (95,7 pontos).

"A expectativa é que a expansão do programa de vacinação atingindo uma parcela maior da população contribua para a continuidade da recuperação no setor bastante afetado durante todo o período da pandemia", disse Rodolpho Tobler, economista da FGV.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

PERNAMBUCO

PMs bolsonaristas planejaram ataque contra manifestantes

JOÃO VALADARES/FOLHAPRESS

A cúpula da segurança pública em Pernambuco estava no centro de monitoramento de câmeras da Secretaria de Defesa Social no momento em que policiais militares atacaram manifestação pacífica contra o presidente Jair Bolsonaro.

O protesto na capital pernambucana, ocorrido na manhã do sábado passado, foi encerrado com bombas de gás lacrimogêneo e tiros de balas de borracha.

O Governo de Pernambuco comunicou que a operação não foi autorizada. Até o momento, porém, não explicou quem deu a ordem para o ataque.

Os policiais militares do Batalhão de Choque começaram a atirar às 11h44 contra os manifestantes que seguiam de maneira ordeira por uma avenida do centro do Recife.

Pouco tempo depois, vídeo

publicado pela Secretaria de Defesa Social numa rede social mostra o titular da pasta, Antônio de Pádua, e o secretário-executivo, Humberto Freire, sentados na mesa de monitoramento do Centro Integrado de Comando e Controle Regional.

Neste local, é possível monitorar em tempo real todas as câmeras no estado. Há várias delas instaladas na área central da capital pernambucana.

O secretário de Justiça de Pernambuco, Pedro Eurico, afirmou em entrevista a uma emissora de televisão na manhã de ontem que o governo estava monitorando a manifestação desde o seu início.

Logo na saída do ato, policiais do pelotão de choque chegaram a se perfilar na Praça do Derby. Pouco tempo depois, foram desmobilizados e entraram em dois pequenos ônibus da Polícia Militar.

Dois homens que não participavam do protesto correm o risco

de perderem a visão de um olho após serem atingidos por tiros de bala de borracha disparados por policiais do pelotão de choque. Eles estão hospitalizados com quadro de saúde estável.

A vereadora Liana Cirne (PT) foi atacada com spray de pimenta após se identificar como parlamentar. Ela foi recebida pelo governador Paulo Câmara (PSB) ontem à tarde.

Nos bastidores, há rumores de que a violenta ação policial pode ter sido insuflada por um sentimento bolsonarista da tropa.

Nas redes sociais, perfis não oficiais de batalhões da Polícia Militar comemoraram a ação.

Em vídeo publicado em suas redes sociais na tarde do sábado, Câmara informou que determinou a imediata apuração de responsabilidades.

Segundo o governador, a corregedoria da Secretaria de Defesa Social instaurou procedimento para investigar os fatos. O oficial comandante da operação,

além de quatro policiais envolvidos diretamente na agressão à vereadora Liana, foram afastados de suas funções.

Os nomes não foram divulgados. O secretário de Defesa Social, Antônio de Pádua, e o comandante da Polícia Militar de Pernambuco, Vanildo Neves de Albuquerque, não se pronunciaram sobre o episódio. Os dois seguem prestigiados pelo governador e permanecem no cargo.

O governo identificou o policial que disparou um tiro de bala de borracha no olho do adesivador Daniel Campelo da Silva, 51.

Ainda não foi identificado o policial que disparou contra o armador Jonas Correia de França, 29. Ambos tiveram lesões permanentes - Daniel, no olho esquerdo, e Jonas, no direito.

Em uma rede social logo após o ataque, a vice-governadora Luciana Santos (PCdoB) afirmou que a ação policial não foi autorizada por Câmara.

CORONAVÍRUS

Serrana reduz em 95% das mortes com 95% dos adultos vacinados

Oito semanas após o início da vacinação em massa de sua população adulta contra a Covid-19 e depois de ter alcançado a imunização de 95% da população adulta, o município de Serrana reduziu em 95% as mortes pela doença.

A cidade do interior paulista, na região metropolitana de Ribeirão Preto, foi alvo de estudo inédito sobre os efeitos da vacinação em massa da população. O chamado projeto S, idealizado pelo Instituto Butantan consiste em analisar o impacto e a eficácia da vacinação na redução de casos do novo coronavírus e no controle da pandemia.

O projeto conseguiu vacinar 95,7% dos 28.380 adultos da cidade, ou 27.160 pessoas com mais de 18 anos. Os moradores foram divididos em quatro grupos, e cada um deles recebeu a vacina com uma semana de diferença. Após o último grupo receber a primeira dose, a aplicação da segunda dose no primeiro grupo teve início.

Com isso, os pesquisadores conseguiram observar uma queda significativa no número de novos casos sintomáticos de Covid e de hospitalizações quando 75% da população elegível foi totalmente imunizada, isto é, quando o terceiro grupo dos quatro recebeu as duas doses da Coronavac.

"A queda de casos (sintomáticos) e mortes foi expressiva antes mesmo de termos concluído a aplicação da segunda dose no último grupo, o que nos mostra o efeito da imunidade indireta, ou seja, que uma ampla cobertura vacinal contribui para diminuir a transmissão do vírus", disse Ricardo Palácios, diretor médico de pesquisa clínica do Instituto Butantan.

Além da redução de mortes, a cidade também teve queda de 80% de casos sintomáticos e 86% de hospitalizações.

"Até aqui nós tínhamos visto a eficácia individual da vacina, a proteção que oferece ao indivíduo vacinado. Com esse estudo, podemos ver a proteção coletiva, seu benefício indireto mesmo para quem não foi imunizado", diz a médica infectologista Rosana Richtmann, do Instituto de Infectologia Emílio Ribas.

Outros estudos já tinham buscado avaliar a efetividade da Coronavac na população, como foi feito em Manaus, capital do Amazonas, e no Hospital das Clínicas em São Paulo. Ambos, no entanto, apresentaram dados após a vacinação somente de profissionais de saúde, que têm maior risco de contrair o vírus.

Já o estudo em Serrana incluiu a população em geral, com pessoas de diversas etnias e idades e com condições de saúde preexistentes também diferentes. Apenas as gestantes e puérperas (até 45 dias após o parto) não foram incluídas no estudo de Serrana.

Houve uma queda acentuada no número de casos, hospitalizações e óbitos após a conclusão do projeto mesmo entre a população não vacinada, isto é, nos moradores da cidade que não receberam a vacina, ou os imunossuprimidos e que não podem se vacinar) não participaram do estudo.

Isso se dá pela chamada imunidade coletiva. Quando um grande número de pessoas está vacinada contra um patógeno e possui imunidade, as chances de o vírus encontrar um indivíduo suscetível são bem menores e ele acaba "desaparecendo" da população.

"Essa é uma evidência palpável do efeito indireto da vacinação: a diminuição da transmissibilidade do vírus está beneficiando mesmo aqueles que não completaram ainda o esquema vacinal. Isso confirma resultados que já vimos anteriormente e nos faz aproximar de qual será

a quantidade de pessoas que temos que vacinar dentro da população-alvo", disse Palácios.

Em Serrana, o pico de hospitalizações por Covid em 2021 foi na 10ª semana epidemiológica (entre os dias 7 e 13 de março). À época, a aplicação da primeira dose havia começado no quarto grupo de habitantes (azul). Logo em seguida, o número de casos sintomáticos entre os vacinados e os não vacinados começou a declinar, atingindo o ponto mais baixo na semana epidemiológica de número 16 (entre 18 e 24 de abril), duas semanas depois de o grupo azul receber a segunda dose da vacina.

Já em relação às hospitalizações, houve também uma queda simultânea tanto entre os vacinados como entre os não vacinados no município a partir da 10ª semana epidemiológica, embora os não vacinados tenham oscilado, com aumento posterior. No caso da população vacinada, a incidência de hospitalizados passou de 50 a cada cem mil habitantes no pico (na primeira quinzena de março, logo após a aplicação da primeira dose na cidade) para zero quando o último grupo recebeu a segunda dose.

Esses resultados, embora ainda preliminares, indicam como a vacinação pode também efetuar um papel importante no controle da epidemia, algo que já é observado para outras doenças infecciosas, como sarampo. Um controle elevado no número de novos casos não elimina por completo casos pontuais de hospitalizações e óbitos por uma doença, mas reduz em muito a sua incidência, o que pode evitar o esgotamento dos sistemas de saúde.

Para avaliar esse efeito, os pesquisadores compararam a incidência de novos casos, hospitalizações e óbitos em Serrana com outros municípios da microrregião de Ribeirão Preto, incluindo Pontal, Cravinhos, Jardinópolis, Barrinha e Brodowski. Em Cravinhos, Jardinópolis e Barrinha, a taxa de hospitalizações e óbitos por Covid para cem mil habitantes está acima de 30; já em Serrana, ela está abaixo de 10 hospitalizações/óbitos a cada cem mil pessoas. Em Brodowski e Pontal, essa taxa está em 20 internações a cada cem mil habitantes.

De acordo com os cientistas do Butantan, o projeto não termina com a vacinação e o monitoramento deve continuar por até um ano.

ARARAQUARA

Depois de os óbitos em decorrência do novo coronavírus recuarem 62% em abril em relação ao mês anterior, as mortes provocadas pela doença voltaram a crescer em maio em Araraquara (a 273 km de São Paulo). A prefeitura emitiu um alerta ontem após os casos positivos passarem de 15% das amostras analisadas, medida que integra um pacto para a manutenção do comércio aberto.

Cidade que se tornou símbolo do avanço da variante brasileira em São Paulo no fim de janeiro, Araraquara registrou 59 mortes por Covid-19 em maio, ante as 49 do mês passado, de acordo com o comitê de contingência do coronavírus, o que representa um crescimento de 20,4%.

A média de quase duas mortes diárias em maio fez com que o mês fosse até aqui o terceiro pior desde o início da pandemia na cidade de 238 mil habitantes na região central do estado.

Araraquara viveu o ápice da pandemia em fevereiro e março, período em que registrou 222 das 446 mortes de toda a pandemia, ou 49,8% do total.

O surgimento da variante fez janeiro ser o mês com mais óbitos até então, 24, número que saltou para 93 no mês seguinte, mais que todos os 92 óbitos registrados em 2020 inteiro.

JUSTIÇA E POLÍTICA

Tensão com Bolsonaro leva STF a buscar apoio do Congresso

MATHEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

O STF (Supremo Tribunal Federal) tem dado sinalizações em direção ao Congresso Nacional e à classe política em busca de respaldo à sua atuação diante de brigas recorrentes com o presidente Jair Bolsonaro.

A avaliação de ministros da corte é que este não é o momento de entrar em disputas com o Legislativo e que é importante manter uma boa relação com o Congresso, que pode ser o fiel da balança caso a tensão entre Executivo e Judiciário aumente.

Alguns gestos foram feitos nos últimos dias nesse sentido. Em 10 de maio, o Supremo ampliou o foro especial de senadores e deputados nos chamados mandatos cruzados.

O tribunal definiu que, nos casos em que senadores e deputados trocam de uma Casa Legislativa para outra, não há mais perda do benefício.

Entendimento oposto a esse já havia sido adotado diversas vezes, como no envio de uma investigação contra o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) à primeira instância porque o caso se referia a condutas dele quando era senador.

Se a situação do congressista

chegasse hoje à corte, a jurisprudência determinaria a manutenção do caso no Supremo.

Em outro movimento para prestigiar o Congresso, o STF esfriou a discussão interna sobre a Lei de Segurança Nacional e tem preferido evitar o julgamento do assunto para dar protagonismo ao Congresso nesse debate.

Na corte, há consenso sobre a inconstitucionalidade de alguns trechos da legislação de 1983, época em que ainda vigorava a ditadura militar. No entanto, como o tema voltou ao foco do Legislativo, a ideia no Supremo é aguardar os debates no Parlamento.

Os arquivamentos de inquéritos e as decisões contrárias à Lava Jato também têm agradado a classe política.

Em março, a Segunda Turma do STF arquivou o inquérito do "Quadrilhão do PP", que apurava esquemas de desvios de recursos da Petrobras.

Com isso, integrantes da cúpula do centrão, grupo que dita o ritmo do Congresso, deixaram de ser investigados.

Foram beneficiados da decisão o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), os deputados Eduardo da Fonte (PP-PE) e Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e o senador Ciro Nogueira (PP-PI).

Em outro movimento para agradar a cúpula do Legislativo, o ministro Dias Toffoli tem evitado a abertura de uma ação penal contra Lira por causa de um pedido de vista feito em um julgamento em novembro de 2020.

Quando o ministro interrompeu a análise do caso, a Primeira Turma já tinha maioria para aceitar uma denúncia contra o deputado sob acusação de corrupção passiva em um processo que investiga se ele recebeu R\$ 106 mil em propina.

Mais de seis meses depois, Toffoli ainda não liberou o inquérito para conclusão do julgamento, o que tem postergado a abertura da ação penal.

Até a decisão do STF que obrigou o Senado a instalar a CPI da Covid, que inicialmente foi vista por uma parcela do Legislativo como uma intromissão do Supremo, hoje é interpretada de forma diversa.

Na visão da maioria do Congresso, o Supremo fortaleceu o Legislativo na relação com o Palácio do Planalto, que, diante do desgaste gerado pela comissão, tem se visto obrigado a intensificar as negociações com o Senado.

Na visão de congressistas, até mesmo a prisão em flagrante do deputado Daniel Silveira (PSL-

RJ), ordenada pelo ministro Alexandre de Moraes e depois confirmada por unanimidade pelo plenário da corte, foi calculada pelo Supremo.

Primeiro, porque atingiu mais a militância bolsonarista do que o Congresso em si. Segundo, por se tratar de um deputado sem relevância no cotidiano da relação entre os Poderes.

Isso ficou claro, inclusive, no julgamento do caso no plenário da corte, quando o presidente do tribunal, ministro Luiz Fux, chegou a esquecer o nome do deputado.

Além dos julgamentos, também houve uma aproximação do STF com os atores que têm influência no Congresso nos bastidores após o julgamento do fim de 2020 que vetou a reeleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ) na presidência da Câmara e de Davi Alcolumbre (DEM-AP) no comando do Senado.

Os ministros da corte simpaticizavam com a gestão de ambos, principalmente de Maia, que se contrapunha abertamente a Bolsonaro nos momentos em que o presidente fazia ofensivas contra o STF.

O julgamento ficou 7 a 4 contra a recondução de Maia e 6 a 5 contra Alcolumbre.

CORONAVÍRUS

Brasil tem 874 mortes por Covid em 24 horas

O Brasil registrou 874 mortes pela Covid-19 e 34.960 novos casos da doença ontem. Assim, o país chega a 462.966 óbitos e a 16.547.674 pessoas infectadas pelo coronavírus desde o início da pandemia, no ano passado. A média móvel de mortes ficou em 1.849 óbitos por dia, com leve alta em relação aos seis dias anteriores - o número está há 130 dias acima de 1.000 mortes diárias. A média é um instrumento estatístico que busca amenizar variações nos dados, como os que costumam acontecer aos finais de semana e feriados. O dado é calculado pela soma das mortes dos últimos sete dias e pela divisão do resultado por sete.

PENITENCIÁRIAS

Supremo retoma debate sobre superlotação de prisões

MATHEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve retomar nos próximos meses o debate sobre soluções para a superlotação dos presídios no Brasil.

Na sexta-feira passada, a corte iniciou a análise de uma ação que pede, entre outros pontos, que seja determinada a redução de pena para presos em ambiente degradante e insalubre.

Como a maioria dos estabelecimentos prisionais do país tem ocupação superior à prevista e estrutura inadequada, a medida beneficiaria grande parte dos presos do país.

Apenas o ministro Marco Aurélio apresentou seu voto no plenário virtual, e o julgamento foi interrompido por pedido de vista - mais tempo para analisar o ca-

so - de Luís Roberto Barroso.

Isso, porém, não vai impedir o Supremo de debater o tema, uma vez que está marcado para o dia 14 de junho uma audiência pública sobre o assunto.

Esta será a primeira vez que o STF discutirá em uma audiência pública a efetividade de decisões que já foram tomadas. Geralmente, esses encontros servem para os ministros colherem informações para ações que ainda serão julgadas. A decisão de promover o debate foi tomada por unanimidade pela Segunda Turma do Supremo.

Relator do habeas corpus coletivo concedido pela turma no ano passado a todos os presos que sejam os únicos responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, o ministro Gilmar Mendes formalizou no começo do mês a

convocação para a reunião, que deverá contar com integrantes dos três Poderes.

Ao convocar o encontro, Gilmar deixou claro que o evento não discutirá apenas o cumprimento da ordem de soltura coletiva. "Também será avaliada, ao final da audiência, a possibilidade de criação de comissão de acompanhamento das medidas de implementação desta ordem coletiva e de enfrentamento da questão da superlotação carcerária", afirmou o ministro.

O julgamento iniciado nesta semana também não deve demorar a ser retomado. O processo em questão tramita no STF desde 2015 e foi nesta ação que o Supremo declarou o estado de coisas inconstitucional das prisões e determinou a implementação das audiências de custódias.

MASSACRE

ONG pede investigação do comando da polícia na ação do Jacarezinho

JÚLIA BARBON E ITALO NOGUEIRA/FOLHAPRESS

A ONG Human Rights Watch enviou um relatório ao Ministério Público do Rio de Janeiro ontem pedindo que o órgão investigue não só os agentes que participaram pessoalmente da operação que terminou com 28 mortos na favela do Jacarezinho, mas também o comando da Polícia Civil.

"Os promotores deveriam examinar a possível responsabilidade criminal e civil dos comandantes por ações ou omissões antes, durante e após a operação, incluindo a provável destruição de provas importantes. Além disso, deveriam investigar se os comandantes avaliaram adequadamente os riscos para os policiais envolvidos na operação", diz o texto de dez páginas.

Conforme o jornal Folha de S.Paulo publicou, inquéritos civis contra comandantes se tornaram recentemente um instrumento de cobrança após operações no RJ. Eles são uma alternativa não excludente aos inquéritos criminais, que exigem provas mais robustas para responsabilização perante os tribunais, segundo especialistas.

A Human Rights Watch sugere que seja apurada também a responsabilidade do Secretário de Polícia Civil, Allan Turnowski, argumentando que de acordo com a legislação nacional a Promotoria pode conduzir esse tipo de inquérito por improbidade administrativa.

Segundo a organização, a legislação define esse crime como "qualquer ação ou omissão que viole os deveres (dos servidores públicos) de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições" e define punições como demissão e multas.

O MP-RJ disse à ONG e à reportagem que abriu uma investigação na área civil para apurar se houve descumprimento da determinação do STF (Supremo Tribunal Federal) que restringiu operações policiais a casos excepcionais no estado, na chamada ADPF 635 ou ADPF das Favelas.

Na área criminal, a Human Rights recomenda também que a Promotoria investigue eventuais delitos de fraude processual por destruição de provas, diante dos indícios de que policiais removeram corpos da comunidade, e que o Ministério Público Federal (MPF) apure se os comandantes cometeram o crime de desobediência em relação à decisão da Corte.

Em voto no último dia 21, o ministro Edson Fachin defendeu incluir o MPF e eventualmente a Polícia Federal em parte da apuração. A Procuradoria também já havia enviado um ofício com recomendação nesse sentido à Promotoria estadual, que rejeitou a ajuda e disse que já tem uma força-tarefa.

Além do MP-RJ, a Human Rights Watch enviou seu relatório a Fachin e aos demais ministros do STF, a deputados estaduais, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a comitês das Nações Unidas, entre outras autoridades.

ABUSOS

No texto, a organização diz que examinou registros de ocorrência da polícia, documentos dos hospitais e judiciais, depoimentos de testemunhas e imagens de cadáveres e encontrou "evidências críveis de graves abusos de direitos humanos".

Afirma que várias testemunhas relataram a execução de ao menos três suspeitos e que quatro dos seis presos na operação disseram ter sido agredidos por agentes. Um deles narrou o assassinato de duas pessoas na sua frente e de

duas outras pessoas, segundo a Defensoria Pública. Dois detentos contaram que foram obrigados a carregar mais de dez corpos para o "caveirão".

"Fotos e vídeos gravados por moradores fornecidos a Human Rights Watch pela seção do RJ da Ordem dos Advogados do Brasil [OAB] parecem mostrar vários cadáveres imóveis no chão, sobre poças de sangue, incluindo um homem com o rosto coberto de sangue. As fotos e vídeos mostram os corpos sozinhos, sem policiais ou profissionais da saúde", diz trecho.

Entre os indícios de remoção de cadáveres, a ONG cita ainda que um dos mortos tinha a face "totalmente dilacerada" e que ao menos 25 das 27 vítimas civis já chegaram sem vida aos hospitais -contradizendo por exemplo a versão que cinco policiais deram nos boletins de ocorrência, de que quatro delas teriam morrido nas unidades de saúde.

"Em um caso com duas vítimas, os bombeiros foram chamados para a 'remoção de cadáver' do local, segundo a declaração de um policial. Mas, contradizendo-se, o mesmo oficial comunicou que as vítimas foram atingidas e morreram 'no hospital'", diz um trecho.

De acordo com a Human Rights Watch, nos casos de baleados em que não é possível chamar os serviços de emergência ou os bombeiros, como prevê a legislação, a polícia deve pedir a um parente da vítima ou testemunha para acompanhá-los na remoção, o que supostamente não ocorreu em nenhum dos casos no Jacarezinho.

A organização criticou ainda a qualidade dos registros de ocorrência. "Os investigadores escutaram apenas 29 policiais [...] e as declarações carecem de informações cruciais, como onde as vítimas morreram. O registro da declaração conjunta de nove policiais relata sete mortes, mas sequer informa como as vítimas morreram".

Os documentos também mostram que foram apreendidas apenas 26 armas de policiais no dia da operação para análise balística e só mencionam perícia em dois locais com três mortes, deixando de fora outros 11 locais com 24 mortes, segundo a ONG.

Por fim, o relatório repudia novamente a decisão da Polícia Civil de impor sigilo de cinco anos sobre todas as investigações relacionadas a operações realizadas no estado desde junho de 2020, data da limitação imposta por Fachin.

"Sem justificar detalhadamente porque o alto grau de sigilo é necessário e proporcional em relação ao direito de acesso à informação, a decisão [...] parece uma tentativa de ocultar informações do escrutínio público. Uma autoridade independente deveria revisar a decisão de classificar as informações como reservadas."

Na sexta-feira passada, o PSB (Partido Socialista Brasileiro) e organizações da sociedade civil que participam da ação que corre no STF pediram que a Corte que afaste o sigilo genérico, argumentando que ele é "gravemente incompatível com o direito fundamental de acesso à informação". A solicitação ainda não foi julgada.

Em nota, a Polícia Civil afirmou que o "objetivo é preservar informações para que o vazamento ou divulgação não prejudiquem próximas etapas dos procedimentos investigatórios" e que o sigilo não cabe aos órgãos responsáveis pela investigação, que "continuam tendo amplo acesso a todas as informações, de forma a garantir a transparência e a eficácia dos procedimentos em andamento".

CENSO

Para conter crise demográfica, China libera 3 filhos por família

A China anunciou ontem que vai autorizar a cada casal ter até três filhos, acabando com o limite de dois ainda em vigor. A decisão foi tomada poucas semanas após a divulgação dos resultados do último censo, que apontou expressiva queda da taxa de natalidade no país mais populoso do mundo.

"Em resposta ao envelhecimento da população (...) os casais serão autorizados a ter três filhos", informou a agência estatal Xinhua, ao relatar as conclusões de uma reunião do gabinete político do Partido Comunista comandada pelo líder Xi Jinping.

Xi disse que a mudança será acompanhada por "medidas de apoio conduzidas para melhorar a estrutura populacional do país, alcançando a estratégia de lidar ativamente com uma população em envelhecimento". Entre as medidas, citou a redução dos custos de educação, o aumento do financiamento habitacional, a garantia dos interesses legais de mulheres que trabalham e a repressão aos dotes "estratosféricos". afirmou ainda que o país vai educar os jovens "para o casamento e o amor".

Até o ano passado, quem tinha um terceiro filho precisava pagar uma multa de 130 mil yuans (R\$ 106,5 mil), de acordo com uma advertência governamental na cidade de Weihai.

No dia 11 de maio, os resultados do censo realizado em 2020 revelaram um envelhecimento mais rápido que o esperado da população chinesa e o menor crescimento populacional em décadas. A China continental tinha 1,411 bilhão de habitantes em 2020, 72 milhões a mais do que em 2010. O crescimento anual médio entre 2011 e 2020, entretanto, foi de 0,53%, o menor ao menos desde a década de 50. Na década anterior (2001-2010), essa taxa havia sido de 0,57%.

Os dados mostraram uma taxa de fecundidade de 1,3 filho por mulher em 2020, em sintonia com sociedades em processo de envelhecimento, como Japão e Itália. No ano passado, marcado pela pandemia de Covid, o número de nascimentos no país caiu a 12 milhões, contra 14,65 milhões em 2019.

A taxa de natalidade em 2019 (10,48 por 1.000) já estava no menor nível desde a fundação da China comunista, em 1949. Assim, em 2016, depois de mais de três décadas da "política do filho único", a China flexibilizou as regras e permitiu o segundo filho.

Mas a nova política não foi suficiente para estimular a taxa de natalidade, em queda livre devido a vários motivos, incluindo a redução no número de casamentos, o aumento do custo da moradia e da educação e,

também, a decisão das mulheres de adiar os planos de gravidez para privilegiar a carreira profissional.

Estudo publicado neste ano por cientistas da Universidade de Hangzhou mostrou que a política de dois filhos encorajou casais ricos e foi "menos sensível à carga financeira de criar uma criança", levando a um aumento nos custos com educação e cuidados infantis e desencorajando pais de primeira viagem.

"As pessoas estão se contendo não por causa do limite de dois filhos, mas pelos custos incrivelmente altos de criar uma criança na China de hoje. Moradia, atividades extracurriculares, comida, viagens e tudo mais", afirma Yifei Li, sociólogo da universidade de Xangai, à Reuters. "Aumentar o limite somente não deve mudar os planos de ninguém, na minha visão."

A Xinhua fez uma enquete na rede social Weibo, questionando se a população estava pronta para a política dos três filhos. Cerca de 29 mil dos 31 mil que responderam afirmaram que "nunca pensariam nisso". O restante escolheu as opções "estou pronto e querendo muito isso", "está nos meus planos" ou "estou na dúvida e há muito a considerar". A pesquisa foi posteriormente removida. "Estou pronto para ter três filhos se você me der 5 mi-

lhões de yuans (o equivalente a R\$ 4 milhões)", postou um usuário.

No outro extremo da pirâmide, o censo mostrou que a China tinha mais de 264 milhões de pessoas com mais de 60 anos em 2020. O grupo de pessoas com mais de 60 anos constitui agora 18,7% do total da população, um aumento de 5,44 pontos percentuais na comparação com o levantamento de 2010.

Do outro lado, a população em idade ativa (15 a 59 anos) representa 63,35% do total, uma queda de 6,79 pontos na comparação com a década anterior. Demógrafos advertiram que o país pode registrar o mesmo fenômeno de Japão e Coreia do Sul, com excesso de idosos em comparação à população jovem e ativa no mercado de trabalho, uma preocupação que levou o Parlamento chinês, em março, a aprovar um plano para aumentar progressivamente a idade de aposentadoria durante os próximos cinco anos.

"Este é, sem dúvida, um passo na direção certa, mas ainda um pouco tímido", diz Shuang Ding, economista chefe do banco Standard Chartered em Hong Kong. "Uma política de natalidade totalmente livre deveria ter sido implementada ao menos cinco anos atrás, mas é tarde demais agora, apesar de ser melhor tarde do que nunca."

INTERIOR

Criminosos sequestram mais de 100 crianças de escola na Nigéria

Mais de uma centena de crianças foi raptada de uma escola no oeste da Nigéria no domingo passado, elevando para 700 o total de estudantes sequestrados no país nos últimos seis meses.

O ataque aconteceu em um colégio islâmico na cidade de Tegina, que fica no estado de Niger, o mais populoso do país. De acordo com as autoridades locais, homens armados chegaram ao local por volta das 15h do horário local (11h em Brasília).

"Eu pessoalmente vi entre 20 e 25 motos com pessoas fortemente armadas. Eles entraram na escola e depois foram embora com 150 estudantes, ou até mais", afirmou o dono do estabelecimento, Abubakar Tegina.

Ele disse ainda que a escola

tem cerca de 300 crianças matriculadas com idades que vão de 7 a 15 anos, mas que não é possível saber exatamente quantos foram sequestrados porque muitos alunos não estavam no local no momento do ataque. Segundo a agência de notícias AFP, os sequestradores levaram apenas estudantes com mais de 12 anos, deixando o restante para trás.

Mais tarde, 11 crianças raptadas foram soltas -segundo o governo local, elas eram muito pequenas e não conseguiam acompanhar o ritmo dos sequestradores em fuga.

Nenhum grupo assumiu a autoria do ataque, que tem sido cada vez mais comum nas regiões norte e oeste do país. Em geral, os sequestros são feitos por grupos

criminosos, que depois exigem que as famílias ou o governo paguem um resgate para que as crianças sejam soltas.

No total, 730 crianças estão sob o poder de sequestradores atualmente em todo o país.

Essa conta não inclui as 14 delas que foram soltas no sábado passado no estado de Kaduna (no norte do país) depois de passarem 40 dias sob poder de criminosos. Para pressionar pelo pagamento do resgate, o grupo matou outros 5 estudantes que tinha sequestrado. Segundo a imprensa local, as famílias pagaram 180 milhões de nairas (cerca de R\$ 2,2 milhões) pela libertação dos jovens.

Vários desses sequestros tiveram repercussão internacional,

como o que ocorreu em fevereiro, quando 279 meninas com idades entre 12 e 16 anos foram raptadas e soltas cinco dias depois no estado de Zamfara, noroeste da Nigéria. A onda de sequestros começou em dezembro com a captura de 344 crianças em um colégio interno de Kankara, no norte do país. As vítimas foram liberadas depois de uma semana.

O crescimento dos raptos provoca ainda o temor de um aumento na taxa de abandono escolar em regiões pobres e rurais -sobretudo entre as mulheres. Esses locais já registram os maiores índices de crianças não escolarizadas do país. Em resposta aos crimes, muitos estados decidiram fechar temporariamente colégios e internatos.

CORONAVÍRUS

Após revisão, Peru quase triplica número de mortes por Covid e chega a 180 mil

O governo do Peru anunciou ontem a revisão do número de mortes registradas por Covid-19, elevando a cifra a 180.764 óbitos, quase o triplo do divulgado anteriormente -69.342.

A mudança ocorreu após um grupo técnico criado em abril por especialistas peruanos e de órgãos internacionais, como a OMS, propor a alteração dos critérios de contabilização após determinar que "a metodologia atual tem duas limitações que geram subnotificações".

A partir de agora, o balanço contará como casos de morte por Covid-19 aqueles que atenderem a sete critérios estabelecidos, mas também registrará "casos prováveis", que "apresentam vínculo epidemiológico com caso confirmado". Ainda serão considerados óbitos devido à pandemia os

"casos suspeitos de Covid-19 que apresentem quadro clínico compatível com a doença".

O Peru tem sido uma das nações mais atingidas pela pandemia de coronavírus na América Latina, o que superlotou hospitais e gerou a falta de tanques de oxigênio em centros médicos.

Especialistas há muito alertavam que o verdadeiro número de mortos estava sendo subestimado nas estatísticas oficiais.

"Achamos que é o nosso dever tornar públicas essas informações atualizadas", disse a presidente do Conselho de Ministros do Peru, Violeta Bermudez, em uma entrevista coletiva sobre a revisão. "Graças ao trabalho desta equipe [...] teremos números mais exaustivos que serão muito úteis para monitorar a pandemia e para tomar as medidas adequa-

das para a enfrentá-la."

As cifras atualizadas estão em linha com os chamados números de mortes em excesso, que os pesquisadores usaram no Peru e em outros países para medir uma possível subnotificação.

O índice de mortes em ex-

cesso mede o número total de óbitos durante um período de tempo e o compara com o mesmo período pré-pandemia. Em março, o governo do México admitiu que a cifra de mortes por Covid-19 no país era 60% maior do que a divulgada oficialmente.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2021

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 09/2021 no dia 14/06/2021 às 14h00min. - Objeto: **Aquisição de Medicamentos e Insumos para Saúde** (ISOSSORBIDA, DINITRATO SMG COMPRIMIDO SUBLINGUAL, ISOSSORBIDA, MONONITRATO 10MG/ML INJETÁVEL, AMPOLA 1ML, ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20MG COMPRIMIDO, ETC). Processo nº. 33409.005794/2020-16. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.